



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Acre  
SICOOB ACRE

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 JUNHO DE 2017 E 2016

<b>ATIVO</b>	<b>Em Reais</b>	
	<b>30/06/2017</b>	<b>30/06/2016</b>
<b>Circulante</b>	<b>13.245.048,08</b>	<b>8.727.616,61</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>507.730,92</b>	<b>502.231,98</b>
<b>Relações Interfinanceiras - Nota 4</b>	<b>3.078.235,84</b>	<b>2.395.838,81</b>
Centralização Financeira - Cooperativas	3.078.235,84	2.395.838,81
<b>Operações de Crédito – Nota 5</b>	<b>9.329.854,68</b>	<b>5.696.289,37</b>
Operações de Crédito	9.978.234,99	6.224.162,45
(Prov. para Operações de Crédito de Liq. Duvidosa)	(648.380,31)	(527.873,08)
<b>Outros Créditos – Nota 6</b>	<b>304.288,27</b>	<b>127.360,08</b>
Rendas a Receber	87.053,90	58.613,34
Diversos	217.234,37	68.746,74
<b>Outros Valores e Bens – Nota 7</b>	<b>24.938,37</b>	<b>5.896,37</b>
Despesas Antecipadas	24.938,37	5.896,37
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>10.941.690,00</b>	<b>7.673.492,42</b>
<b>Operações de Crédito – Nota 5</b>	<b>10.926.690,00</b>	<b>7.673.492,42</b>
Operações de Crédito	10.926.690,00	7.673.492,42
<b>Outros Créditos – Nota 6</b>	<b>15.000,00</b>	<b>-</b>
Diversos	15.000,00	-
<b>Permanente</b>	<b>2.568.178,64</b>	<b>1.960.491,90</b>
<b>Investimentos – Nota 8</b>	<b>1.905.175,00</b>	<b>1.568.089,00</b>
Participações em Cooperativas	1.905.175,00	1.568.089,00
<b>Imobilizado em Uso – Nota 9</b>	<b>654.669,99</b>	<b>380.069,29</b>
Outras Imobilizações de Uso	1.149.267,93	760.168,61
(Depreciações Acumuladas)	(494.597,94)	(380.099,32)
<b>Intangível – Nota 10</b>	<b>8.333,65</b>	<b>12.333,61</b>
Ativos Intangíveis	40.000,00	40.000,00
(Amortização Acumulada)	(31.666,35)	(27.666,39)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>26.754.916,72</b>	<b>18.361.600,93</b>



**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Acre**  
**SICOOB ACRE**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 JUNHO DE 2017 E 2016**

<b><u>PASSIVO</u></b>	<b><u>Em Reais</u></b>	
	<b><u>30/06/2017</u></b>	<b><u>30/06/2016</u></b>
<b>Circulante</b>	<b>13.496.236,53</b>	<b>7.929.518,41</b>
<b><u>Depósitos – Nota 11</u></b>	<b>5.692.280,94</b>	<b>1.811.347,58</b>
Depósitos à Vista	3.364.901,53	940.618,58
Depósitos a Prazo	2.327.379,41	870.729,00
<b><u>Relações Interfinanceiras – Nota 12</u></b>	<b>6.433,36</b>	<b>4.081,72</b>
Correspondentes	6.433,36	4.081,72
<b><u>Relações Interdependências – Nota 13</u></b>	<b>44.439,90</b>	<b>29.380,43</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros	44.439,90	29.380,43
<b><u>Obrigações Por Empréstimos – Nota 14</u></b>	<b>6.549.303,69</b>	<b>5.070.825,25</b>
Empréstimos no País - Outras Instituições	6.549.303,69	5.070.825,25
<b><u>Outras Obrigações – Nota 15</u></b>	<b>1.203.778,64</b>	<b>1.013.883,43</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.088,94	1.261,32
Socials e Estatutárias	329.043,79	313.422,49
Fiscais e Previdenciárias	104.933,01	53.781,10
Diversas	762.712,90	645.418,52
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>70.000,00</b>	<b>-</b>
<b><u>Outras Obrigações – Nota 15</u></b>	<b>70.000,00</b>	<b>-</b>
Diversas	70.000,00	-
<b>Patrimônio Líquido – Nota 16</b>	<b>13.188.680,19</b>	<b>10.432.082,52</b>
<b><u>Capital Social</u></b>	<b>11.962.391,91</b>	<b>9.867.773,98</b>
De Domiciliados no País	11.963.655,06	9.869.493,56
(Capital a Realizar)	(1.263,15)	(1.719,58)
<b><u>Reserva de Lucros</u></b>	<b>569.123,60</b>	<b>419.876,69</b>
<b><u>Sobras Acumuladas</u></b>	<b>657.164,68</b>	<b>144.431,85</b>
<b>TOTAL</b>	<b>26.754.916,72</b>	<b>18.361.600,93</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**JOSÉ GENEROSO DOS SANTOS**  
Presidente

**WEBISTON DE SOUSA MACEDO**  
Diretor Adm./Financeiro

**JOSÉ CARLOS CORREA DA CUNHA**  
Contador CRC/RO 2897/0-5



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Acre – SICOOB ACRE

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016**

Descrição	<u>Em Reais</u>	
	30/06/2017	30/06/2016
<b>RECEITAS(INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>3.542.580,24</b>	<b>2.277.865,35</b>
Operações de Crédito	3.542.580,24	2.277.865,35
<b>DESPESAS(DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(761.782,58)</b>	<b>(669.494,81)</b>
Operações de Captação no Mercado	(93.234,29)	(53.056,47)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(323.619,11)	(370.128,84)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(344.929,18)	(246.309,50)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.780.797,66</b>	<b>1.608.370,54</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS</b>	<b>(1.777.959,42)</b>	<b>(1.207.291,94)</b>
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	439.674,80	100.356,36
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	146.478,67	117.050,39
Despesas(Dispêndios) de Pessoal	(892.959,39)	(637.129,77)
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas	(1.355.311,97)	(1.016.537,43)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	(62.363,50)	(25.861,40)
Outras Receitas(Ingressos) Operacionais	45.897,71	181.135,67
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	102.823,19	125.395,24
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais	(202.198,93)	(51.701,00)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>1.002.838,24</b>	<b>401.078,60</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>1.002.838,24</b>	<b>401.078,60</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(39.101,89)</b>	<b>(10.382,04)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(18.924,56)	(4.866,58)
Provisão para Contribuição Social	(20.177,33)	(5.515,46)
<b>LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO</b>	<b>963.736,35</b>	<b>390.696,56</b>
Juros Sobre Capital Próprio	(324.121,67)	(246.264,71)
<b>JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>639.614,68</b>	<b>144.431,85</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**JOSÉ GENEROSO DOS SANTOS**  
Presidente

**WEBISTON DE SOUSA MACEDO**  
Diretor Adm./Financeiro

**JOSÉ CARLOS CORREA DA CUNHA**  
Contador CRC/RO 2897/0-5



**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos no Estado do Acre**  
**SICOOB ACRE**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016**

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou	Em Reais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Estatutárias	Perdas Acumuladas	Totais
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>8.819.198,35</b>	<b>(1.487,00)</b>	<b>407.602,09</b>	<b>37.059,55</b>	<b>462.274,10</b>	<b>9.724.647,09</b>
Ao Capital	462.141,35				(462.141,35)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					(132,75)	(132,75)
<b>Movimentação de Capital:</b>						-
Por Subscrição/Realização	933.526,90	(232,58)				933.294,32
Por Devolução ( - )	(345.373,04)					(345.373,04)
Estorno de Capital						-
<b>Reversões de Reservas</b>			-	(24.784,95)	-	(24.784,95)
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>					390.696,56	390.696,56
<b>Provisão de Juros ao Capital</b>					144.431,85	144.431,85
<b>Saldos em 30/06/2016</b>	<b>9.869.493,56</b>	<b>(1.719,58)</b>	<b>407.602,09</b>	<b>12.274,60</b>	<b>535.128,41</b>	<b>10.822.779,08</b>
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>11.255.831,35</b>	<b>(19.070,72)</b>	<b>550.860,49</b>	<b>35.813,11</b>	<b>465.591,28</b>	<b>12.289.025,51</b>
Em Conta Corrente do Associado					(232.822,42)	(232.822,42)
Ao Capital	232.768,86				(232.768,86)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados						-
<b>Movimentação de Capital:</b>						-
Por Subscrição/Realização	1.166.648,97	17.807,57				1.184.456,54
Por Devolução ( - )	(691.594,12)					(691.594,12)
Estorno de Capital						-
<b>Reversões de Reservas</b>				(17.550,00)	17.550,00	-
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>					963.736,35	963.736,35
<b>Provisão de Juros ao Capital</b>					639.614,68	639.614,68
<b>Saldos em 30/06/2017</b>	<b>11.963.655,06</b>	<b>(1.263,15)</b>	<b>550.860,49</b>	<b>18.263,11</b>	<b>1.620.901,03</b>	<b>14.152.416,54</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**JOSÉ GENEROSO DOS SANTOS**  
Presidente

**WEBISTON DE SOUSA MACEDO**  
Diretor Adm./Financeiro

**JOSÉ CARLOS CORREA DA CUNHA**  
Contador CRC/RO 2897/0-5



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016**

Em Reais

DESCRIÇÃO	30/06/2017	30/06/2016
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Sobras/Perdas do Semestre</b>	<b>1.002.838,24</b>	<b>401.078,60</b>
IRPJ / CSLL	(39.101,89)	(10.382,04)
Participação dos Funcionários no Resultado	-	-
Provisão para Operações de Crédito	185.357,09	108.278,71
Provisão de Juros ao Capital	(324.121,67)	(246.264,71)
Destinação de Sobras Central	-	-
Depreciações e Amortizações	63.605,59	46.963,18
	<b>888.577,36</b>	<b>299.673,74</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>		
Operações de Crédito	(5.114.207,44)	(1.927.699,12)
Outros Créditos	(88.193,59)	6.310,73
Outros Valores e Bens	(18.132,85)	(5.896,37)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>		
Depósitos a Vista	1.149.992,38	(170.249,72)
Depósitos sob Aviso	-	-
Depósitos a Prazo	1.000.029,83	172.704,92
Outros Depósitos	-	-
Outras Obrigações	185.101,16	554.666,27
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	-	-
Relações Interdependências	13.524,62	(360.129,95)
Relações Interfinanceiras	5.419,20	4.081,72
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.669.755,51	1.896.043,07
Resultado de Exercícios Futuros	-	-
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>(308.133,82)</b>	<b>469.505,29</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Inversões em Imobilizado de Uso	(283.571,89)	(54.009,06)
Inversões em Investimentos	(229.812,00)	(107.274,00)
Outros Ajustes		
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(513.383,89)</b>	<b>(161.283,06)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>		
Aumento por novos aportes de Capital	1.184.456,54	933.294,32
Devolução de Capital à Cooperados	(691.594,12)	(345.373,04)
Estorno de Capital	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(132,75)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	(232.822,42)	-
Reversão de Reservas	-	(24.784,95)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>260.040,00</b>	<b>563.003,58</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>(561.477,71)</b>	<b>871.225,81</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>		
No Início do Período	4.147.444,47	2.026.844,98
No Fim do Período	3.585.966,76	2.898.070,79
<b>Varição Líquida das Disponibilidades</b>	<b>(561.477,71)</b>	<b>871.225,81</b>



## COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ACRE - SICOOB ACRE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2017 E 2016

#### 1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ACRE - SICOOB ACRE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **08/04/1999**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL – SICOOB NORTE** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB ACRE** possui **3** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **RIO BRANCO - AC, CRUZEIRO DO SUL – AC e BRASILÉIA – AC.**

O **SICOOB ACRE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04(05) (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009;



CPC 33(26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº1.376/2011, CPC 33 (R-1) Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/15 CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/2016, CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016 e CPC 27 – Ativo Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/016; Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN nº 4.144/12.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

- I. Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.
- II. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.
- III. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

#### **b) Aplicações em títulos e valores mobiliários**

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### **d) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **e) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **f) Investimentos**

São representados substancialmente por quotas do **SICOOB NORTE** e são avaliadas pelo método de custo de aquisição.





#### **g) Imobilizado**

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios entre outros equipamentos, as instalações, as edificações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **h) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

#### **i) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **j) Valor recuperável de ativos – impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

#### **k) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **l) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **m) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **n) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **o) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.





#### p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

#### r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de Junho de 2017.

#### 4. Relações interfinanceiras

Em 30 de junho de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	3.078.235,84	2.395.838,81
<b>TOTAL</b>	<b>3.078.235,84</b>	<b>2.395.838,81</b>

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB NORTE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

#### 5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	19.467,01	0,00	<b>19.467,01</b>	17.120,83
Empréstimos	9.958.747,98	10.926.690,00	<b>20.885.457,98</b>	13.880.534,04
(-) Prov. para Operações de Crédito	-648.380,31	0,00	<b>-648.380,31</b>	-527.873,08
<b>TOTAL</b>	<b>9.329.854,68</b>	<b>10.926.690,00</b>	<b>20.256.544,68</b>	<b>13.369.781,79</b>



b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D/ Cheque Especial / Conta Garantida	Total em 30/06/2017	(-) Provisões 30/06/2017	Total em 30/06/2016	(-) Provisões 30/06/2016
AA	-	Normal	462.162,72	0,00	462.162,72	0,00	132.876,91	0,00
A	0,50%	Normal	10.674.065,15	8.144,73	10.682.209,88	-53.411,06	7.519.594,66	-37.597,96
B	1%	Normal	4.457.428,35	128.426,78	4.585.855,13	-45.858,67	3.386.342,72	-33.863,43
B	1%	Vencidas	106.145,42	10,09	106.155,51	-1.061,46	213.507,12	-2.135,00
C	3%	Normal	2.976.098,69	326.016,43	3.302.115,12	-99.063,45	1.809.479,97	-54.284,40
C	3%	Vencidas	366.534,10	1.149,96	367.684,06	-11.030,52	109.305,54	-3.279,17
D	10%	Normal	648.502,10	59.118,46	707.620,56	-70.762,06	223.252,76	-22.325,28
D	10%	Vencidas	112.160,05	2.077,39	114.237,44	-11.423,74	27.847,87	-2.784,79
E	30%	Normal	20.428,16	5.275,39	25.703,55	-7.711,10	874,92	-262,48
E	30%	Vencidas	190.064,40	165,33	190.229,73	-57.266,62	46.536,76	-13.961,03
F	50%	Normal	37.509,58	1.063,69	38.573,27	-19.286,66	48.993,51	-24.496,75
F	50%	Vencidas	55.410,54	0,00	55.410,54	-27.705,26	83.587,33	-41.793,65
G	70%	Normal	23.631,05	4.037,01	27.668,06	-19.367,63	300,00	-210,00
G	70%	Vencidas	49.557,80	0,00	49.557,80	-34.690,46	14.252,20	-9.976,54
H	100%	Normal	9.361,22	1.981,67	11.342,89	-11.342,89	7.005,55	-18.488,00
H	100%	Vencidas	177.454,75	943,98	178.398,73	-178.398,73	273.897,05	-262.414,60
<b>Total Normal</b>			<b>19.309.187,02</b>	<b>534.064,16</b>	<b>19.843.251,18</b>	<b>-326.803,52</b>	<b>13.140.203,45</b>	<b>-191.528,30</b>
<b>Total Vencidos</b>			<b>1.057.327,06</b>	<b>4.346,75</b>	<b>1.061.673,81</b>	<b>-321.576,79</b>	<b>757.451,42</b>	<b>-336.344,78</b>
<b>Total Geral</b>			<b>20.366.514,08</b>	<b>538.410,91</b>	<b>20.904.924,99</b>	<b>-648.380,31</b>	<b>13.897.654,87</b>	<b>-527.873,08</b>
<b>(-) Provisões</b>			<b>-623.205,02</b>	<b>-25.175,29</b>	<b>-648.380,31</b>		<b>-527.873,08</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>19.743.309,06</b>	<b>513.235,62</b>	<b>20.256.544,68</b>		<b>13.369.781,79</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.616.819,16	6.823.004,92	10.926.690,00	<b>20.366.514,08</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.616.819,16</b>	<b>6.823.004,92</b>	<b>10.926.690,00</b>	<b>20.366.514,08</b>

Obs.: Não estão inclusos neste quadro os valores de Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta garantida.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	463.023,22	419.594,37
Constituições/ Reversões	345.041,94	391.224,01
Transferência para prejuízo	(159.684,85)	(282.945,30)
<b>TOTAL</b>	<b>648.380,31</b>	<b>527.873,08</b>

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2017	% Carteira Total	30/06/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	121.588,84	0,58%	91.702,64	0,66%
10 Maiores Devedores	976.384,10	4,67%	666.651,95	4,80%
50 Maiores Devedores	3.151.177,58	15,07%	2.362.906,98	17,00%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Saldo inicial	793.002,39	419.288,24



Valor das operações transferidas no período	159.684,85	282945,30
Valor das operações recuperadas no período	(62.437,32)	(30.159,80)
<b>TOTAL</b>	<b>890.249,92</b>	<b>672.073,74</b>

## 6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2017	30/06/2016
Rendas A Receber (a)	87.053,90	58.613,34
Diversos (b)	232.234,37	68.746,74
<b>TOTAL</b>	<b>319.288,27</b>	<b>127.360,08</b>

- Em rendas a receber estão registrados os valores a receber de convênios firmados com órgãos federais, estaduais e municipais, bem como de rendas de cartões e remuneração da centralização financeira;
- Em diversos estão registrados: adiantamentos de férias; adiantamentos de 13º salário; adiantamentos para despesas diversas; adiantamentos por conta de imobilizações; valores a receber de tarifas; pendências a regularizar de curto prazo e Transitória de Avais e fianças honrados.

## 7. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Despesas Antecipadas (a)	24.938,37	5.896,37
<b>TOTAL</b>	<b>24.938,37</b>	<b>5.896,37</b>

- Neste de grupo de contas estão registrados os prêmios de seguros e Contribuição sindical patronal.

## 8. Investimentos

O saldo é substancialmente representado por quotas do **SICOOB NORTE**.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Participações em cooperativa central de crédito	1.905.175,00	1.568.089,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.905.175,00</b>	<b>1.568.089,00</b>

## 9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	73.596,09	48.805,06	
Instalações	90.756,72	31.327,32	10
Móveis e equipamentos de Uso	330.219,93	203.655,93	10
Sistema de Comunicação	12.851,58	12.851,58	10
Sistema de Processamento de Dados	457.256,61	278.941,72	20
Sistema de Segurança	24.587,00	24.587,00	10
Sistema de Transporte	160.000,00	160.000,00	10
(-) Total Depreciação Acumulada	-494.597,94	-380.099,32	
<b>TOTAL</b>	<b>654.669,99</b>	<b>380.069,29</b>	

- As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

## 10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Outros ativos intangíveis	40.000,00	40.000,00
(-) Amortização acumulada de ativos Intangíveis	-31.666,35	-27.666,39
<b>TOTAL</b>	<b>8.333,65</b>	<b>12.333,61</b>



O valor registrado na rubrica "Intangível" refere-se a licença de uso do Sistema de Informática do Sicoob – SISBR, adquirida em 22 de julho de 2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas Filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

## 11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré - fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Depósito à Vista	3.364.901,53	940.618,58
Depósito a Prazo	2.327.379,41	870.729,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.692.280,94</b>	<b>1.811.347,58</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	30/06/2017	% Carteira Total	30/06/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	309.484,90	5,49%	165.095,73	9,14%
10 Maiores Depositantes	1.844.926,49	32,76%	845.874,28	46,80%
50 Maiores Depositantes	3.401.064,14	60,39%	1.324.362,57	73,28%

## 12. Relações interfinanceiras

Demonstrado pelo valor principal, recursos captados junto a instituição financeira para repasses.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Correspondentes	6.433,36	4.081,72
	<b>6.433,36</b>	<b>4.081,72</b>

## 13. Relações interdependências

Refere-se a recursos a repassar de convênios firmados com Órgãos da esfera Federal e Estadual, captados pela Cooperativa na forma de arrecadação.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Outros Recebimentos em Trânsito de terceiros	44.439,90	29.380,43
	<b>44.439,90</b>	<b>29.380,43</b>

## 14. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.



Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Empréstimos no País - Outras Instituições	6.549.303,69	5.070.825,25
	<b>6.549.303,69</b>	<b>5.070.825,25</b>

## 15. Outras Obrigações

### 15.1 – Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Refere-se ao Imposto Sobre Operações Financeiras-IOF e tributos municipais a recolher, conforme quadro a seguir:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
IOF a recolher	7.088,94	1.261,32
<b>TOTAL</b>	<b>7.088,94</b>	<b>1.261,32</b>

### 15.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Dividendos e Bonificações a Pagar (a)	324.121,67	246.264,71
Resultado de Atos Com Associados	0,00	27.435,93
Resultado de Atos Com Não Associados	0,00	23.309,33
Cotas de Capital a Pagar (c)	4.922,12	16.412,52
<b>TOTAL</b>	<b>329.043,79</b>	<b>313.422,49</b>

- (a) Refere-se a provisão de Juros ao Capital a pagar;  
 (b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

### 15.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Provisão para impostos e contribuições/lucros	21.712,78	8.779,73
Impostos e contribuições a recolher	83.220,23	45.001,37
<b>TOTAL</b>	<b>104.933,01</b>	<b>53.781,10</b>

### 15.4 Diversas

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Obrigações Por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	1.641,15	1.748,18
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	345.970,45	361.515,44
Provisão Para Passivos Contingentes (c)	70.000,00	24.500,96
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (d)	25.652,69	0,00
Credores Diversos – País (e)	389.448,61	257.653,94
<b>TOTAL</b>	<b>832.712,90</b>	<b>645.418,52</b>

- (a) Refere-se a saldo de conta salário de terceiros a pagar;  
 (b) Refere-se a provisão para pagamento a efetuar com despesas de pessoal;  
 (c) Refere-se a provisão de passivos trabalhistas;  
 (d) Refere-se a provisão de garantias prestadas;  
 (e) Neste grupo de contas estão registrados os pagamentos a processar; as pendências a regularizar de curto prazo e obrigações de consignados.



## 16 . Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Capital Social	11.962.391,91	9.867.773,98
Associados	3.930	2.475

### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

### b) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

## 17. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

## 18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	79,75	2,39	0,04%
Empréstimo	411.973,64	3.669,61	2,02%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	65.751,87	1,99%	0%
Depósitos a Prazo	24.556,73	1,06%	0,72%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	2,72%	1,9% a 3,10%
Cheque Especial	8,5%	8,5%



PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos	2,34%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

No primeiro semestre de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presenças e Previdência Social (INSS), apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017 - R\$	
Honorários	178.466,01
Cédulas de presenças	32.747,04
Encargos Sociais	47.154,71
<b>TOTAL</b>	<b>258.367,76</b>

## 19. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DO ACRE - SICOOB ACRE**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL - SICOOB NORTE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB NORTE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB NORTE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB ACRE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB NORTE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do **SICOOB NORTE**, em 31/12/2017, foram auditadas por outra auditoria independente que emitiu relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 31/03/2017, com opinião sem modificação.

## 20. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 30 de Junho de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.963.285,97 (Hum milhão, novecentos e sessenta e três mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

## 21. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.





## 22. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.1922013, compatível com os riscos de suas atividades:

## 23. Gerenciamento de Risco

### 23.1 Risco operacional

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma compartilhada entre a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação) e as cooperativas, o qual consiste em:

- (a) A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- (b) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- (c) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- (d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- (e) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

### 23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB ACRE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB ACRE** aderiu às seguintes Políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado. Tais Políticas preveem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de mercado e de liquidez, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

**A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado define a adoção dos seguintes procedimentos:**

- (a) Utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado;
- (b) Análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
- (c) Limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- (d) Realização periódica de backtests dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- (e) Diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress;
- (f) Planos de contingência.

**A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:**

- (a) Limite mínimo de liquidez;
- (b) Projeção do fluxo de caixa para até 120 dias;
- (c) Diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress;
- (d) Planos de contingência de liquidez.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.



Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB ACRE** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

### **23.3 Risco de Crédito**

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB ACRE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB ACRE** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB ACRE** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

### **23.4 Gerenciamento de capital**

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB ACRE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o **SICOOB ACRE** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do **SICOOB**, centralizada no **SICOOB CONFEDERAÇÃO**, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do **SICOOB** com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do **SICOOB** estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do **SICOOB**; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do **SICOOB**.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, a estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório disponível no sítio do Sicoob [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Rio Branco/AC, 25 de agosto de 2017

**JOSÉ GENEROSO DOS SANTOS**  
Presidente

**WEBISTON DE SOUSA MACEDO**  
Diretor Adm./Financeiro

**JOSÉ CARLOS CORREA DA CUNHA**  
Contador CRC/RO 2897/0-5